

CONCORDÂNCIA VERBAL DE 3ª PESSOA DO PLURAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: VARIAÇÃO E ENSINO¹

THE 3rd PLURAL PERSON VERBAL AGREEMENT IN BRAZILIAN PORTUGUESE: VARIATION AND TEACHING

Viviane Silva de Novais
UFS

Resumo: Neste trabalho, apresentamos uma descrição da variação na concordância verbal de 3ª pessoa do plural (3PP) no português brasileiro para discutirmos a variação linguística como conteúdo das aulas de português. O tratamento da variação em sala de aula é preconizado por documentos oficiais (BNCC/PCN), mas ainda tem sido realidade distante. Ainda que tenhamos conjuntos robustos de descrição linguística, a tentativa de inserir esse conteúdo na educação básica ainda é um desafio, principalmente frente a uma sociedade marcada por discriminação e preconceito quando se trata de fenômenos linguísticos em variação, especialmente, os que se distanciam da norma de prestígio.

Palavras-Chave: *Variação linguística. Concordância verbal de 3PP. Ensino. Português brasileiro.*

Abstract: *In this paper, we present a description about the variation in the 3rd plural person verbal agreement in Brazilian Portuguese as a basis for discussing the variation as a content of Portuguese teaching. The treatment of linguistic variation in the classrooms is recommended by official documents (BNCC/PCN), but it has still been a distant reality. Although we have robust sets of linguistic description, the attempt to insert this content in basic education is still a challenge, especially in the face of a society marked by discrimination and prejudice when it comes to linguistic phenomena in variation, especially those that are distant from the prestige norm.*

Keywords: *Linguistic variation. 3PP verbal agreement. Teaching. Official documents*

INTRODUÇÃO

A problematização acerca do ensino de língua materna – especialmente em relação a não contemplação do estudo de variedades linguísticas – é um tópico de discussão que há muito vem

1. Este trabalho parte de reflexões e estudos desenvolvidos durante a pesquisa de mestrado desta autora, cujo foco foi a variação na concordância verbal de 3PP na fala de estudantes universitários da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

sendo debatido entre os profissionais de Letras. Embora documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sugiram que a diversidade linguística deve ser conteúdo presente em sala de aula, lidar com a variação ainda é um desafio.

Uma das áreas que contempla variação linguística é a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008[1972]), cujas pesquisas com dados orais ou escritos têm apresentado ampla gama de variação linguística nos mais diversos níveis e fenômenos da língua, como é o caso da variação na concordância verbal de 3ª pessoa do plural (3PP), a exemplo de realizações como *os meninos foram ao parque* e *os menino foi ao parque*.

Pesquisas cujo foco é a descrição da concordância verbal apontam que o fenômeno é condicionado por diferentes fatores linguísticos e extralinguísticos, como posição do sujeito, tipo de verbo, sexo/gênero dos falantes e nível de escolarização (RODRIGUES, 1997; ANJOS, 1999; MONGUILHOT, 2001; 2009; ARAÚJO, 2014). Além disso, dados de percepção apontam também que se trata de um fenômeno sensível à avaliação social (BORTONI-RICARDO, 2008; SOUZA; ARAÚJO, 2020; NOVAIS, 2020). Esses resultados são importantes quando pensamos sobre o estudo do fenômeno e o ensino de português na educação básica devido a dois pontos principais: i) trata-se de variação, ou seja, não há somente uma forma de uso e isso precisa estar claro tanto para os profissionais quanto para os estudantes; ii) as ocorrências do fenômeno tendem a receber avaliação positiva ou negativa e isso deve também ser discutido, especialmente porque é durante o processo de escolarização que os falantes têm maior contato com normas de prestígio e com o modelo padronizado presente nas gramáticas normativas.

Neste trabalho, nosso objetivo é apresentar uma descrição da variação na concordância verbal de 3PP para discutirmos a variação linguística como conteúdo das aulas de português, uma vez que a interface entre a sociolinguística e o ensino segue sendo um tema necessário de discussão. Para isso, dividimos este estudo em duas etapas. Primeiro, apresentamos a variação do fenômeno em questão por meio de uma revisão sistemática integrativa com critérios previamente estabelecidos, a saber: i) ser trabalho de dissertação ou tese, resultados de estudos desenvolvidos em pós-graduação; ii) ser pesquisa com dados do português falado; iii) ter como suporte teórico-metodológico a Teoria da Variação e Mudança Linguística; iv) possuir acima de 20 entrevistas para análise dos dados apresentados. Em segundo momento, após a compreensão dos dados sobre a variação na concordância, apresentamos e discutimos o que dizem os PCN e a BNCC a respeito do ensino de português, pois são documentos que apontam os caminhos para a educação no Brasil.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram desenvolvidas cinco seções, incluindo estas considerações iniciais. No tópico dois, discorreremos, em síntese, acerca da variação e dos pressupostos teóricos metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008). No tópico seguinte, apresentamos o fenômeno da concordância verbal de 3PP no PB com base em resultados de pesquisas já desenvolvidas. Em seguida, discutimos sobre o ensino de português como foco na variação, observando o que dizem os documentos oficiais (BNCC/PCN). Por fim, apresentamos nossas considerações finais e esperamos contribuir com o debate acerca do ensino de língua e o tratamento da variação linguística.

2 - VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A língua que utilizamos para nos comunicar e interagir em sociedade é heterogênea e variável. Por *variação*, entende-se uma sequência de modificações que podem ser observadas em um fenômeno, organismo, corpo etc. (MICHAELIS, 2015). Tomando esse conceito e associando-o à língua, há variação quando existem diferentes formas de se referir a um mesmo objeto, coisa ou contexto ou quando dois enunciados se referem ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade (LABOV, 2008). Exemplos disso podem ser vistos quando usamos *nós* ou *a gente* (ambas 1ª pessoa do plural), quando falamos *voce* ou *tu* (ambas 2ª pessoa do singular), bem como quando utilizamos (ou não) artigo antes de possessivo, como em *a minha mãe saiu* ou *Ominha mãe saiu*.

A área científica que se desdobra ao estudo da variação é a Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006) ou Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, 2001, 2008), cujo foco tem sido a descrição de fenômenos linguísticos nos diferentes contextos sociais. A Sociolinguística distancia-se do conceito de língua abstrata, imutável e homogênea. Seu principal objetivo é descrever os fatos da língua real, falada (ou escrita) e tem apresentado uma extensa gama de contribuições sobre a compreensão da linguagem e sua relação com a sociedade. Tal vertente considera a língua como sendo composta de uma “heterogeneidade sistemática” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 101).

O estudo da variação implica também a observação de fatores linguísticos e fatores externos à língua que podem atuar em determinados fenômenos linguísticos. Os resultados das pesquisas desenvolvidas têm contribuído cientificamente para a compreensão da língua falada no Brasil, cujos estudos sociolinguísticos iniciaram na década de 70 (FREITAG, 2016). Desde então, formou-se um robusto conjunto de dados sobre diferentes fenômenos falados em todas as regiões do país.

Além disso, a pesquisa sociolinguística brasileira é conhecida por seus diversos bancos de dados em diferentes *comunidades de fala*. Por comunidade de fala, entende-se um contexto social dividido por falantes que compartilham traços linguísticos em comum. Bancos de dados como o PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), VARSUL (Variação linguística na região Sul do Brasil), VALPB (Variação Linguística no Estado da Paraíba), LUSA (A Língua Usada no Sertão Alagoano), bem como coletas feita pelo Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (GELINS-Universidade Federal de Sergipe) são exemplos de bancos compostos por dados orais que visam descrever o português falado em suas respectivas regiões e com diferentes perfis sociais dos falantes.

Uma das principais contribuições dos estudos sociolinguísticos – advindos de bancos dados ou de pesquisas independentes – é a constatação de que há variação na língua nos mais diferentes níveis, sejam fonológicos, morfológicos, sintáticos ou semânticos. Exemplo de fenômeno em interface morfossintática é a concordância verbal de 3PP, cujas pesquisas apontam ampla variação em suas ocorrências, independente da região geográfica dos falantes, conforme apresentamos mais detalhadamente no tópico seguinte.

3 - VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL DE 3PP NO PB

Os primeiros estudos sobre variação na concordância verbal começaram a ser desenvolvidos ainda na década de 70, no Brasil (LEMLE; NARO, 1970). Desde então, diversas pesquisas sociolinguísticas foram desdobradas, buscando descrever o comportamento do fenômeno no PB, nas diferentes regiões do país (RODRIGUES, 1997; ANJOS, 1999; MONGUILHOTI, 2001; 2009; ARAÚJO, 2014). É por meio dessas pesquisas que temos hoje um conjunto robusto de descrição do fenômeno no português.

Por concordância verbal, entende-se a relação estabelecida entre o sujeito e o verbo em uma oração, observando definições normativas (CUNHA; CINTRA, 1985; ROCHA LIMA, 1998). Do ponto de vista sociolinguístico, no PB, a concordância verbal de 3PP é um fenômeno em variação, uma vez que apresenta duas regras possíveis de realização, conforme os exemplos em (1).

- (1) a. As crianças *brincaram* no parque;
b. As criança(s) *brincou* no parque;

A primeira regra, conforme (1a), é chamada de concordância padrão ou redundante², e, por ser prescrita em gramáticas normativas, é tida como a forma tradicional do fenômeno. Já (1b), trata-se da segunda forma de ocorrência do fenômeno, chamada de concordância não padrão ou dominante³, consequência de amplos processos de mudanças pelos quais a língua passou, a exemplo do preenchimento do sujeito, mudança no paradigma pronominal e mudança no paradigma verbal.

Nas pesquisas cujo foco é a descrição de fenômeno variável, são testados e controlados fatores linguísticos e externos à língua como uma forma de observar se tais fatores estão condicionando as ocorrências do fenômeno. Nas pesquisas sobre concordância verbal, os fatores linguísticos que mais aparecem são *posição do sujeito*, *tipo de verbo* e *saliência fônica*. A posição do sujeito é controlada com o pressuposto de que o lugar em que o sujeito aparece na oração pode atuar como condicionador das ocorrências. Sujeitos que estão antepostos ao verbo, estando na ordem SV (sujeito-verbo), tendem a condicionar ocorrências da concordância redundante. Já sujeitos que aparecem pospostos ao verbo, ordem VS (verbo-sujeito), tendem a condicionar ocorrências da concordância dominante, conforme pode ser observado em (2).

- (2) a. As crianças *caíram* da escada;
b. *Caiu* da escada as crianças.

2. O termo redundante foi usado inicialmente por Said Ali (1965, p. 279). Para o autor, “a concordância não é, como parece à primeira vista, uma necessidade imperiosamente ditada pela lógica. Repetir num termo determinante ou informativo o gênero ou pessoa já marcados no termo determinado de que se fala, é antes de tudo uma redundância”. Neste trabalho, adotaremos esse termo, amplamente usado nos estudos sobre o fenômeno, a exemplo de Perini (2010) e Castilho (2010).

3. Optamos por usar o termo “dominante” para não recorrermos à confusão que o termo “não padrão” pode estabelecer.

A posposição do sujeito em (2b) condiciona a ocorrência da concordância dominante. Uma explicação para isso é que, sendo o PB uma língua cuja ordem fixa é SV, o falante nem sempre reconhece o elemento posposto ao verbo como o sujeito da sentença (SCHERRE, 1994; PEZZATI, 1994). Diante disso, “a presença do sujeito e a sua posição em relação ao verbo têm forte influência no tipo de variante nas formas verbais” (SCHERRE; NARO, 1998, p. 08).

Por outro lado, o efeito da posição do sujeito sobre as ocorrências da concordância tem sido associado ao tipo de verbo (CYRINO, NUNES, PAGOTTO, 2009; BERLINCK; DUARTE; OLIVEIRA, 2009). Essa associação acontece, principalmente, pela relação da ordem dos constituintes, tendo em vista que a inversão de ordem no português (de SV para VS) não acontece de modo aleatório, mas depende do tipo de verbo. Nos estudos sobre a concordância verbal, a categoria que se destaca é a dos verbos monoargumentais, aqueles que possuem somente um argumento (BERLINCK; DUARTE; OLIVEIRA, 2009; MONGUILHOT, 2001), subdividida em verbos inacusativos e verbos inergativos⁴, conforme (3).

- (3) a. As crianças *chegam* hoje;
b. O menino *tossiu*.

No exemplo (3a), o verbo *chegar* é inacusativo e seu argumento interno é *as crianças*. Por não possuir argumento externo, o verbo possibilita que seu único argumento se mova na oração, podendo atuar como sujeito. Já em (3b), o verbo *tossir* é inergativo e seu argumento, *o menino*, é externo e sempre estará na posição de sujeito justamente por ser gerado fora do sintagma verbal (CYRINO, NUNES, PAGOTTO, 2009). São em sentenças com verbos inacusativos que a variação na concordância tem sido mais frequente (BERLINCK; DUARTE; OLIVEIRA, 2009).

Outra variável frequente nos estudos da concordância verbal no português é a saliência fônica, proposta inicialmente por Lemle e Naro (1977), que tem sido apontada como a que apresenta maior influência nos resultados. Após o primeiro estudo que a controlou, diversas alterações foram propostas e testadas, como as de Naro (1981), mas embasadas em um mesmo princípio: quanto maior for a diferença das formas verbais na oposição singular/plural, mais marcas de concordância redundante serão encontradas; e quanto menor for essa distinção, mais frequente será a concordância dominante. Os exemplos (4) e (5) nos ajudam a melhor entender esse fator.

- (4) a. O professor *aplicou* a prova;
b. Os professores *aplicaram* a prova.
- (5) a. Ela *fala* bem das pessoas;
b. Elas *falam* bem das pessoas.

O verbo em (4b), flexionado no plural, apresenta uma distinção maior da sua forma no

4. Há diferentes maneiras de categorizar verbos. A categorização apresentada nas gramáticas normativas adota nomenclaturas diferentes da abordagem gerativista, por exemplo, como é o caso dos verbos que requerem apenas um argumento. Na abordagem da gramática normativa, eles são categorizados como intransitivos; na gerativa, são chamados de verbos monoargumentais, divididos em inacusativos e inergativos, conforme exemplos em (3).

singular (*aplicou/aplicaram*). Conforme o princípio da saliência fônica, esse verbo, na 3PP, ocorre mais frequentemente com a marca de plural por ser mais saliente. Por outro lado, o verbo *falar*, flexionado na 3PS e na 3PP, em (5a/b), não apresenta uma distinção muito perceptível na fala, sendo menos saliente e, por isso, é mais passível de ocorrer maior frequência da concordância dominante. Em vista disso, a diferença morfológica do verbo no singular e no plural mostra uma relação direta com as regras de concordância (LEMLE, NARO, 1977).

Assim como acontece com os fatores linguísticos, existem padrões referentes aos fatores externos à língua, aqueles que são relacionados aos perfis sociais dos falantes, como a *faixa etária* e a *escolarização*. Com relação ao fator faixa etária, a maior parte de estudos variacionistas controla essa variável porque as diferenças na idade das pessoas podem indicar formas diferentes de falar (FREITAG, 2005; CHAGAS, 2014) e também são importantes na observação de fenômenos linguísticos no que se refere à sua variação. No que se refere ao fator escolarização, observamos certo padrão em relação às ocorrências do fenômeno: falantes mais escolarizados usam mais a forma redundante da concordância do que aqueles menos escolarizados, independentemente da região geográfica. Por conta desses resultados, tem sido perpetuado o pressuposto de que instituições educacionais moldam o comportamento linguístico dos estudantes, visto que a regra redundante da concordância é prescrita em gramáticas normativas, mais usadas nas escolas, além de ser “um dos tópicos gramaticais que os professores de Língua Portuguesa, de um modo geral, mais se empenham em corrigir nos seus alunos” (MONTE, 2007, p. 13).

Como forma de sintetizar os principais resultados acerca da variação na concordância verbal de 3PP no PB, buscamos estudos nas plataformas Google Acadêmico e Academia.edu. Foram encontradas mais de vinte páginas com pesquisas sobre o fenômeno. Em vista disso, elaboramos critérios específicos que pudessem nos ajudar nessa seleção: i) ser trabalho de dissertação ou tese, cujos resultados são mais precisos e confiáveis; ii) ser pesquisa com dados do português falado; iii) ter como suporte teórico-metodológico a Teoria da Variação e Mudança Linguística; iv) possuir acima de 20 entrevistas para análise dos dados.

Em vista do fator (i), fomos à plataforma de catálogos de Teses e Dissertações e buscamos os trabalhos que atendessem aos critérios estabelecidos. Levando em consideração que buscamos fazer uma revisão sistemática, não seria necessário abarcar muitos estudos, mas alguns que, além de atenderem aos nossos critérios, são capazes de nos ajudar na melhor compreensão do fenômeno. Com isso, findamos a pesquisa em um total de cinco estudos, além do acréscimo da pesquisa desenvolvida por Scherre e Naro (1998), por serem os pioneiros nos estudos sobre concordância verbal no Brasil, totalizando, portanto, seis estudos: i) Scherre e Naro (1998), com falantes do Rio de Janeiro; ii) Rodrigues (1997), sobre a concordância na fala de moradores do Rio Branco/AC; iii) Anjos (1999), em João Pessoa/PB; iv) Monguillott (2001), sobre a concordância verbal na fala dos florianopolitanos, em Santa Catarina; v) Rubio (2009), em São José do Rio Preto/SP; e vi) Araújo (2014), sobre a concordância verbal em Feira de Santana/BA. Buscamos também não incluir mais de um estudo numa mesma região do Brasil para que possamos observar o comportamento da concordância verbal em diferentes localidades.

Os estudos apresentam resultados similares para as ocorrências da concordância verbal de 3PP no português. Como forma de sintetizar os resultados das pesquisas selecionadas, vemos, na tabela (1), os principais resultados sobre as ocorrências da concordância redundante.

Tabela 1: Síntese dos principais resultados de pesquisas sobre a concordância verbal de 3PP no PB

Autor(a)	Corpus	Principais resultados
Scherre e Naro (1998)•	64 entrevistas do banco de dados Censo (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua/PEUL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	1.632 ocorrências Variáveis linguísticas: Saliência fônica: formas verbais mais salientes apresentam maior ocorrência (88%); Posição do sujeito: sujeito imediatamente anteposto apresenta maior frequência da forma dominante (82%). Variáveis sociais: Escolarização: a forma redundante é mais frequente na fala de pessoas com mais anos de escolarização (9 a 11 anos) (81%); Sexo: informantes mulheres usam mais a concordância redundante (77%); Faixa etária: falantes adultos (26 a 49 anos de idade) usam mais a forma redundante (80%).
Rodrigues (1997)	24 horas de gravação a partir de entrevistas pertencentes ao Projeto Estudo da fala de Rio Branco (EFURB) com falantes de Rio Branco – AC.	1.350 ocorrências. Frequência da concordância redundante: 58% Variáveis linguísticas: Posição do sujeito: imediatamente anteposto apresenta maior frequência (66%); Constituição do sujeito: sujeito pronominal (73%); Saliência fônica: maior distinção entre singular/plural (como em fez./fizeram) apresenta maior frequência (89%). Variáveis sociais: Escolaridade: a concordância redundante é mais frequente na fala de pessoas com fundamental completo (72%); Sexo: mulheres usam mais a concordância redundante (62); Contexto: não foi possível controlar essa variável, “pois os informantes mantiveram a mesma postura do início ao fim da entrevista, numa conversa menos formal” (p. 148).
Anjos (1999)	60 horas de entrevistas com falantes de João Pessoa – PB extraídas do corpus do Projeto Variação Linguística do estado da Paraíba (VALPB).	3034 ocorrências. Frequência da concordância redundante: 54% Variáveis linguísticas: Saliência fônica: as formas mais salientes apresentam maior frequência (como é/são) (78%); Paralelismo: quando há plural marcado em elemento anterior, é maior a frequência da forma redundante no contexto seguinte (75%); Posição sujeito: sujeito oculto distante apresenta maior frequência da concordância redundante (80%); Animacidade: em termos estatísticos, a diferença entre sujeito [+humano] e sujeito [-humano] foi mínima (55% e 52%). Variáveis sociais: Escolaridade: falantes que possuem acima de 11 anos de escolarização usam mais a forma redundante da concordância (74%); Faixa etária: falantes entre 15 a 25 anos de idade usam mais a forma redundante (64%).

Monguilhott (2001)	24 entrevistas com falantes de Florianópolis retiradas do banco de dados do projeto Variação Linguística da Região Sul (VARISUL).	<p>1.583 ocorrências. Frequência da concordância redundante: 79%</p> <p>Variáveis linguísticas:</p> <p>Sujeito: quando o sujeito está anteposto (84%);</p> <p>Animacidade: sujeito [+humano] apresenta maior frequência (84%);</p> <p>Tipo do verbo: Com verbos transitivos e intransitivos, a concordância redundante apresentou maior frequência, ambos com 82%;</p> <p>Saliência fônica: formas com maior distinção entre singular plural (como vai/vão) (96%);</p> <p>Paralelismo: quando há plural marcado em elemento anterior, é maior a frequência da forma redundante no contexto seguinte (84%).</p> <p>Variáveis sociais:</p> <p>Sexo: As mulheres apresentam mais ocorrências da concordância redundante (81%);</p> <p>Idade: A forma redundante da concordância é mais frequente na fala de pessoas entre 52-76 e 15-24 (81%);</p> <p>Escolaridade: falantes com 11 anos ou mais de escolarização usam mais a concordância redundante (81%).</p>
Rubio (2009)	76 entrevistas com falantes da região de São José do Rio Preto – SP.	<p>3.308 ocorrências: Frequência da concordância redundante: 70%</p> <p>Variáveis linguísticas:</p> <p>Paralelismo: quando há plural marcado em elemento anterior, é maior a frequência da forma redundante no contexto seguinte (78%);</p> <p>Sujeito: sujeito imediatamente anteposto ao verbo (73%);</p> <p>Saliência fônica: formas com maior distinção entre singular plural (como é/são) (79%).</p> <p>Variáveis sociais:</p> <p>Idade: Falantes na faixa etária acima de 55 anos apresentaram mais a concordância redundante (75%);</p> <p>Gênero: as mulheres são as que mais usam a concordância redundante (72%);</p> <p>Escolaridade: são os falantes com ensino superior, por isso mais escolarizados, que usam mais a forma redundante (87%).</p>

Araújo (2014)	48 entrevistas (norma popular e norma culta), com falantes de Feira de Santana – BA.	Norma culta: 659 dados (94%): Variáveis linguísticas: Sujeito: sujeito imediatamente anteposto ao verbo (97,3); Saliência fônica: formas do nível 2c apresentam maior frequência (96,5%); Forma do último constituinte: ocorrem usos categóricos em vários contextos (numeral, pronome eles, determinante ou modificador pré-nominal com marca de plural, quantificador todos(as)). Variáveis sociais: Faixa etária: pessoas da faixa etária III (acima de 65) realizam mais a forma redundante (99,4%); Sexo: as mulheres usam mais a forma redundante (98,8).
		Norma popular: 1310 dados (24%) Variáveis linguísticas: Sujeito: a maior frequência foi com suj. posposto ao verbo 'ser' sem constituintes anteriores (38,5%); Concordância do SN: quando há marca de pluralidade no sujeito, maior é a frequência (35,4%); Saliência fônica: formas verbais de nível 2 apresentam maior frequência (40,9 no nível 5a); Efeito de gatilho: maior frequência quando há estímulo para a forma redundante (42,3%); Forma do último constituinte: maior frequência com plural explícito (40,7%); Tipo de verbo: há maior frequência com verbos intransitivos e de ligação (31,5% e 31,7%); Variáveis sociais: Faixa etária: maior frequência na faixa etária II (29,2%); Sexo: as mulheres usam mais a forma redundante (28,1%);

Fonte: Elaboração própria

• Neste estudo, foram selecionados três fenômenos variáveis: concordância verbo/sujeito (3PP), concordância entre os elementos do SN e concordância nos predicativos e participios passivos. Apresentamos na tabela apenas os resultados referentes à 3PP.

Embora as pesquisas possuam amostras diferentes, especialmente em relação à quantidade de entrevistas, podemos observar que há um padrão nos resultados em relação à frequência da concordância redundante, um indicativo de que o fenômeno está se comportando de maneira semelhante nas regiões observadas (João Pessoa, Florianópolis, Feira de Santana, São José do Rio Preto, Rio de Janeiro e Rio Branco).

Uma vez observado que a concordância verbal é um fenômeno amplamente variável na língua e suas ocorrências são condicionadas aos diferentes fatores, torna-se ainda mais importante sua discussão na educação básica, mais precisamente no ensino de língua nas escolas. Destacamos os resultados referentes ao fator escolarização, que apontam maior frequência da concordância redundante na fala de pessoas mais escolarizadas, conforme podemos verificar mais detalhadamente na tabela 2.

Tabela 2: Resultados do fator escolarização em diferentes regiões

Autor(a)	Local da pesquisa	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos
Scherre e Naro (1998)	Rio de Janeiro/RJ	1125/1787=63%	1358/1752=78%	886/1093=81%
Rodrigues (1997)	Rio Branco/AC	245/459 – 54%	328/455 – 72%	
Anjos (1999)	João Pessoa/PB	89/285=31%	203/352=58%	277/387=72%
Monguilhott (2001)	Florianópolis/SC	660/850=78%	-	591/733=81%
Rubio (2009)	São José do Rio Preto/SP	317/570=56%	653/1084=60%	776/887=87%

Fonte: Elaboração própria

Nas pesquisas reportadas, o fator escolarização apresenta efeito importante: quanto maior é o nível de escolarização dos falantes, maior é a frequência da concordância redundante, independentemente da região geográfica em que a pesquisa foi desenvolvida. Tais resultados sugerem que a forma dominante da concordância é estigmatizada do ponto de vista social, uma vez que, ao passo que as pessoas avançam em termos de escolarização, menos apresentam ocorrências em sua fala.

Paiva e Scherre (1999, p. 217) enfatizam que “a escolarização continuada, refinando a consciência linguística e insistindo na necessidade de padronização, favorece o emprego de determinadas variantes linguísticas, em especial das que estão sujeitas a uma avaliação social positiva”. Sob essa ótica, um falante escolarizado, por estar mais exposto às formas linguísticas de prestígio, por hipótese, dificilmente usará formas como *nós vai* ou *eles foi* de forma inconsciente, ou traços linguísticos estigmatizados, a não ser em contextos bem específicos⁵.

Conforme destaca Freitag (2017, p. 67), “a exposição à cultura letrada e o papel normativo da escola levariam o falante ao contato com as variantes canônicas ou de prestígio em uma razão proporcional”. Inclusive, Labov (2008, p. 168) aponta que, com mais anos de escolarização, um falante “se torna sensível ao significado social de sua própria maneira de falar e de outras”. Isso ocorre “em parte através do intenso contato com falantes de prestígio e em parte através da aprovação de seus colegas estudantes” (LABOV, 2008, p. 168).

A esse respeito, Freitag (2016, p. 903) destaca que

a concordância é um domínio gramatical fortemente sensível à avaliação social no Brasil, e os resultados de estudos de covariação entre a alternância pronominal e a presença vs. ausência de marca morfêmica de concordância apontam para uma avaliação social estigmatizada para combinações como “nós fala” e “a gente falamos”.

Conforme apontado na tabela 2, dados de produção apontam que falantes mais escolarizados usam mais a forma redundante da concordância, prevista em gramáticas normativas e prestigiada

5. Destacamos que, nos estudos de produção, há contextos em que a concordância dominante é mais frequente, independentemente do nível de escolarização dos falantes, como acontece quando o sujeito está posposto ao verbo (ordem verbo-sujeito/VS) (SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001; ARAÚJO, 2014) ou quando as ocorrências são de verbos inacusativos.

socialmente. Consoante a esses resultados, dados de pesquisas cujo foco é a avaliação social da variação na concordância apontam estigmatização em relação à forma dominante do fenômeno.

Bortoni-Ricardo (2008) foi uma das pioneiras no que diz respeito ao estudo sobre crenças, atitudes e avaliação social da concordância. Em sua pesquisa, feita com 48 informantes (divididos entre universitários e estudantes da educação básica), a autora observou que a concordância verbal redundante é considerada mais correta pelos falantes e que o fator escolarização desempenha força em sua amostra, uma vez que os estudantes universitários estigmatizaram mais a concordância dominante. Após o resultado inicial, a autora fez nova análise com um total de 360 universitários e confirmou que há influência da escolarização, visto que os informantes de nível superior estigmatizam mais os contextos em que a concordância redundante não é realizada.

Souza e Araújo (2020) observaram a avaliação da variação na concordância verbal feita por estudantes da cidade de Tucano-BA, tanto da zona rural quanto da zona urbana. A pesquisa foi feita por meio de um teste de reação subjetiva, cujo resultado mostrou que “os estudantes pesquisados reconhecem a forma padrão da concordância verbal, sendo que os da área rural avaliam a não padrão de forma negativa e afirmam que não a usam; os alunos da cidade, por outro lado, asseguram que usam” (SOUZA; ARAÚJO, 2020, p. 269). Esse resultado evidencia que as formas não possuem o mesmo valor para os dois grupos, uma vez que os estudantes da cidade afirmaram fazer uso de formas não redundantes, podendo ser um indicativo de dois fatores: i) esses falantes não conhecem o estigma que tais traços possuem socialmente; ii) eles têm consciência da avaliação negativa, mas isso não interferiu no uso.

Novais (2020) analisou dados de diferentes fontes perceptuais – como os instrumentos normativos, matérias, reportagens e memes compartilhados nas redes sociais – com o objetivo de observar se eles dão pistas da dimensão societal da variação na concordância verbal de 3PP. A autora constatou que há estigma da forma dominante em matérias e reportagens online, memes compartilhados nas redes sociais e instrumentos normativos, que refletem a avaliação societal do fenômeno. Esses resultados sugerem também que um falante pode sofrer preconceito linguístico, sendo vítima de correções explícitas e alvo de piadas ao fazer uso da forma dominante da concordância verbal, uma vez que ela é estigmatizada socialmente.

Diante disso, observar como um fenômeno é avaliado também é relevante no pensar o ensino de variação na educação básica, uma vez que a escola é a extensão da vivência social. Após a compreensão dos aspectos variáveis da concordância verbal no PB e a sua avaliação social, na seção seguinte, apresentamos o que dizem os PCN e a BNCC acerca do ensino de português com foco na variação linguística na escola.

4 - VARIAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA COM BASE EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são documentos oficiais sobre a educação básica brasileira. Enquanto a BNCC é voltada

para apontar os conhecimentos essenciais que os estudantes devem aprender ao longo dos anos, os PCN apontam diretrizes para orientar elaboração e/ou revisão da grade curricular das disciplinas. Em relação ao ensino de língua, tais documentos sugerem uma ampla gama de conteúdos a serem incluídos na grade curricular da disciplina de Língua Portuguesa (PCN) e quais são essenciais para a aprendizagem (BNCC).

Os PCN, atualizados no ano de 1998, apontam considerações sobre variação no ensino de língua, destacando sua importância. Dentre os pontos elencados no documento, observa-se:

Não é papel da escola ensinar o aluno a falar: isso é algo que a criança aprende muito antes da idade escolar. Talvez por isso, a escola não tenha tomado para si a tarefa de ensinar quaisquer usos e formas da língua oral. Quando o fez, foi de maneira inadequada: tentou corrigir a fala “errada” dos alunos — por não ser coincidente com a variedade linguística de prestígio social —, com a esperança de evitar que escrevessem errado. Reforçou assim o preconceito contra aqueles que falam diferente da variedade prestigiada (BRASIL, 1998, p. 38)

Além disso, os PCN afirmam a importância da adequação linguística às situações de fala, não se referindo em noções de erros linguísticos, apontando que “a questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem (BRASIL, 1998, p. 31). Ao longo do documento, é retomada diversas vezes a noção de preconceito linguístico e da importância de discuti-lo em sala de aula:

- identificar e repensar juízos de valor tanto socioideológicos (preconceituosos ou não) quanto histórico-culturais (inclusive estéticos) associados à linguagem e à língua;
- conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico (BRASIL, 1998, p. 32).

Em relação à BNCC, ela foi pensada, inicialmente, para o ensino fundamental, sendo parte da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Atualmente, após amplas atualizações, revisões e inclusão de diversos tópicos, é um documento normativo exclusivo e voltado para toda a educação básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio), com sua atualização mais recente homologada em 2018⁶.

Na área de Linguagens, são apontadas algumas competências necessárias para o Ensino Fundamental, dentre as quais destacamos as competências (1), (2) e (4), voltadas para o tema da variação:

- (1) Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
- (2) Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de

6. Mais informações sobre a BNCC podem ser encontradas no site oficial disponível em: [http:// basenacionalcomum.mec.gov.br](http://basenacionalcomum.mec.gov.br). Acesso em: 08 dez. 2020.

interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.

(4) Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos (BRASIL, 2018, p. 89).

Essas competências evidenciam que a língua precisa ser entendida pelos estudantes como variável, heterogênea e múltipla. Na (4), vemos o destaque sobre a avaliação de fenômenos linguísticos, especialmente sobre o respeito a variedades linguísticas estigmatizadas, adentrando no preconceito linguístico. Observar que tal documento preconiza essas competências é importante para se pensar no ensino de língua, uma vez que este tem sido, até o momento, embasado somente por normas gramaticais em si e por si, sem abrir discussão para outros aspectos linguísticos.

Outro ponto de destaque é a competência (2), que enfoca na língua escrita e formal. Ela retoma a discussão sobre o ensino da variedade padrão da língua, bem como os diferentes contextos de comunicação nos quais os estudantes devem adaptar sua linguagem, pontos também relevantes, considerando que não se trata apenas de estudar variação, mas de contemplá-la juntamente com questões gramaticais e textuais.

Ainda sobre variação linguística, são elencados mais pontos: i) “conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos” (BRASIL, 2018, p. 83); e ii) “discutir, no fenômeno da variação linguística, *variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca*, questionando suas bases de maneira crítica” (BRASIL, 2018, p. 83, destaques nossos). A discussão sobre variedades ou fenômenos linguísticos que são estigmatizados volta a ser preconizada, retomando, inclusive, a necessidade de se discutir e refletir sobre os processos de avaliação social de determinada variedade.

É importante destacarmos que, ainda que não saibamos se há participação efetiva de linguistas na formulação da BNCC⁷ e dos PCN, as pesquisas sociolinguísticas têm apresentado contribuições a esse respeito, uma vez que esses materiais apontam a língua como heterogênea e variável, sendo este um dos pressupostos básicos da área.

A sociolinguística vem tentando apontar estratégias que auxiliem no ensino, de modo a incluir a abordagem de variedades linguísticas e respeito à diversidade. Cabe ressaltar que não se trata de não ensinar gramática ou não ensinar a variedade de prestígio social. Conforme aponta Bortoni-Ricardo (2005, p. 26)

a linguística recomenda que a norma culta seja ensinada nas escolas, mas que, paralelamente, se preservem os saberes sociolinguísticos e os valores culturais

7. Neste trabalho, nosso foco não é discutir incongruências ou discordâncias encontradas na BNCC (ou nos PCN), mas observar o que os materiais apontam em relação ao ensino de variação linguística e sua importância. Debates amplos sobre a BNCC foram feitos durante uma mesa redonda, organizada pela ABRALIN, no dia 9 de dezembro de 2020, e está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jhjV_zHsO3s. Acesso em: 10 dez. 2020.

que o aluno já tenha aprendido antes, no seu ambiente social. Resguarda-se, assim, o direito que o educando possui à preservação de sua identidade cultural específica, seja ela rural ou urbana, popular ou elitista.

A noção de aprendizagem de língua perpassa, principalmente, pela noção de ampliação da competência linguística e comunicativa dos estudantes, “que deverá aprender a empregar uma variedade ou outra, de acordo com as circunstâncias da situação de fala” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 26). Desse modo, conforme destaca Vieira (2018, p. 48), “a reflexão linguística tem espaço garantido, no que se refere não só à compreensão da linguagem em si mesma, mas também às questões relacionadas ao domínio de norma(s) frente à complexidade da variação linguística”.

Ainda antes dos anos 2000, já se falava sobre a importância de incluir conteúdos que contemplassem a variação, de modo a levar aos alunos esse conhecimento e reflexão sobre a língua. No entanto, atualmente, o ensino da variação ainda é um desafio. Na prática, o que tem acontecido se distancia muito do que preconizam os PCN, a BNCC e a sociolinguística. Como exemplo, retomamos a Polêmica do Livro Didático (RAMOS, 2011), que ganhou destaque na mídia brasileira, em 2011. O livro, específico para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), apresenta questões referentes à diferença entre a língua falada e a língua escrita na seção “Escrever é diferente de falar”. Dentre as discussões, Ramos (2011) aponta exemplos de variação linguística na concordância verbal de 3PP. A autora destaca que, na variedade popular da língua, é comum ocorrer formas como *Os menino pega o peixe*. A partir deste exemplo, e totalmente descontextualizado das questões abordadas, criou-se uma polêmica de grande proporção na mídia: jornais, revistas e sites mostraram indignação e repúdio acerca dos assuntos apresentados. Diversas matérias noticiavam que o Ministério da Educação (MEC) estava distribuindo livros com erros gramaticais, conforme podemos ver na figura 1:

Figura 1: Título de notícia da revista IstoÉ a respeito do livro Por uma vida melhor.

BRASIL

O assassinato da língua portuguesa

Livro distribuído pelo MEC que tolera erros gramaticais como "os livro" e "nós pega" causa estragos no aprendizado de meio milhão de brasileiros e atrapalha o desenvolvimento do País

Fonte: IstoÉ (Disponível em: encurtador.com.br/swJ08)

O texto apresentado na matéria ironiza o que foi tratado no livro e expõe duras críticas, inclusive à própria autora, chamando-a de “desconhecida e sem grandes feitos na área da educação”. Em seguida, é apresentado um recorte do livro em que trata especificamente da concordância verbal com a legenda: *Maltrataram a gramática: na lógica do livro que tem o aval do MEC, a frase “os menino pega o peixe” é aceitável*. A possibilidade de uma pessoa letrada falar “nós pega” ou “os menino pega” é tratada como total absurdo, causando revolta e rendendo várias outras reportagens e matérias

como a que apresentamos.

Ainda que documentos oficiais destaquem em várias páginas que o ensino de português deve levar em consideração a variação, a reflexão sobre os usos linguísticos e o preconceito linguístico, a sociedade, de modo geral, ainda está enraizada em uma concepção de que a escola deve ensinar os estudantes a falar ‘certo’, deturpando quase que totalmente todo o repertório sociolinguístico dos alunos.

A escola é vista como um local de padronização e normatização. Assim como destaca Bortoni-Ricardo (2005, p. 22), “a escola é uma força corretiva e unificadora da língua”. Mesmo com conjuntos robustos de resultados sobre fenômenos linguísticos variáveis, como é o caso da concordância verbal, o trabalho com esses dados ainda é um tabu e são encontradas muitas resistências. A contribuição da sociolinguística para o ensino já é mais que reconhecida, inclusive pelos próprios BNCC e PCN, mas muitos professores ainda se veem em um caminho tortuoso, considerando que o estigma sobre formas linguísticas não padrão – como é o caso da concordância dominante em *os meninos foi brincar na rua* – ainda é fortemente marcado na sociedade e não aceito como conteúdo das aulas de português.

A pergunta que surge, frente a tudo o que pontuamos até aqui, é a seguinte: o que nós, pesquisadores, professores e linguistas, ainda podemos fazer para que o ensino de português possa contemplar variação linguística e suas interfaces frente a uma sociedade que discrimina e estigmatiza fenômenos linguísticos variáveis? Pesquisadores já apresentaram diversas abordagens que podem ajudar nesse ponto (GORSKI; FREITAG, 2013; VIEIRA, 2018), no entanto, ainda há incompreensão da importância desses conteúdos em sala de aula, conforme vimos na polêmica do livro didático aqui apresentada.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos uma discussão acerca da variação na concordância verbal de 3PP no PB e a questão do ensino de língua, especialmente em relação ao tratamento da variação linguística feito pelos PCN e pela BNCC. Verificamos que tais documentos preconizam a inserção de conteúdos que contemplem variedades linguísticas bem como a reflexão sobre fenômenos linguísticos variáveis. No entanto, conforme observamos nos estudos apresentados sobre a avaliação social da concordância e o caso polêmico do livro de Ramos (2011), variação e ensino ainda são temas complexos, especialmente na educação básica, em que são preconizadas normas gramaticais. Linguistas, professores e pesquisadores têm ainda um longo caminho a percorrer quando o assunto é tratamento da variação em sala de aula, uma vez que podemos facilmente encontrar resistência em relação ao estudo de variedades linguísticas.

REFERÊNCIAS

ANJOS, S. E. *Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala pessoense*. 1999. 133f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

ARAÚJO, S. S. F. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana – BA: sociolinguística e sócio-história do Português Brasileiro*. 2014. 342f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

BERLINCK, R. A.; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. Predicação. In.: KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Vol.3. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu, e agora?: Sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In.: VOTRE, S; RONCARATI, C. (Orgs.). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 362-380.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: encurtador.com.br/lvGY1. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/AJTY7. Acesso em: 09 dez. 2020.

CASTILHO, A. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto. 2010

CYRINO, S; NUNES, J; PAGOTTO, E. Complementação. In.: KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Vol.3. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

CHAVES, R. *Princípio de saliência fônica: isso não soa bem*. Letrônica, v. 7, n. 2, p. 522-550, 2014.

FREITAG, R. M. K. Idade: uma variável sociolinguística complexa. *Línguas & Letras*, v. 6, n. 11, p. 105-121, 2005.

FREITAG, R. M. K. Sociolinguística no/do Brasil. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 58, v. 3, p. 445-460, 2016.

FREITAG, R. M. K. A mudança linguística, a gramática e a escola. *PerCursos*, Florianópolis, v. 18, n.37, p. 63 - 91, 2017.

GÖRSKI, E. M.; FREITAG, R. M. K. O papel da sociolinguística na formação dos professores de Língua Portuguesa com língua materna. In: TAVARES, M. A.; MARTINS, M. A. (Orgs.). *Contribuições da Sociolinguística e da linguística histórica para o ensino de língua portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013. p. 11-52.

LABOV, W. *Principles of Linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEMLE, M.; NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford, 1977.

MICHAELIS. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 09 dez. 2020.

MONGUILHOTT, I. O. S. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. 2001. 109f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

MONTE, A. *Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolinguística da cidade de São Carlos*. 2007. 118 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

NARO, A. J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *LSA, Language*, v. 57, p. 63-98, 1981.

NOVAIS, V. S. *Evidências sociais: avaliação social da variação na concordância verbal no português brasileiro*. Enlaces, Salvador, v. 1, n. 1, p. 05-27, dez. 2020.

PAIVA, M. S.; SCHERRE, M. M. P. *Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL*. Delta, v. 15, n. Especial, p. 201-231, 1999.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PEZZATI, E. G. Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 37-56, 1994.

RAMOS, H. *Por uma vida melhor: Coleção Viver e Aprender*. São Paulo: Editora Global, 2011.

RODRIGUES, D. A. *A concordância verbal na fala urbana de Rio Branco*. 1997. 178f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

RUBIO, C. F. *Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e no português europeu: estudo sociolinguístico comparativo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1971.

SOUZA, N. C. C.; ARAÚJO, S. S. F. Reações subjetivas de estudantes da cidade de Tucano-BA às variantes não padrão da concordância verbal. *A cor das Letras*, Feira de Santana, v. 21, n.1, p. 249-272, 2020.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In.: RUFFINO, G. (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. p. 509- 523, 1998.

VIEIRA, S. R. *Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas*. São Paulo: Blucher, 2018.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Viviane Silva de Novais

Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Letras-Português pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus do Sertão. Atuou como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES). Por meio do Programa Novo Mais Educação/MEC, foi professora de Língua Portuguesa na rede municipal de ensino, em Delmiro Gouveia/AL. Participa do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (GELINS). Atualmente, é professora de Língua Portuguesa na rede estadual de educação de Alagoas, em Delmiro Gouveia.

Recebido em 20/02/2021.

Aceito em 30/03/2021.